

COTIDIANO NO SERTÃO DE “O TRONCO”

DAYLY LIFE IN THE SERTÃO OF THE “O TRONCO”

João Guilherme da Trindade Curado

Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE)

joaojguilherme@gmail.com

Resumo: A proposta de análise de uma das importantes obras de Bernardo Élis, “O Tronco”, busca a percepção dos costumes retratados no romance que se desenrola no então norte de Goiás nas décadas iniciais do século XX. Destacar a criação do dia a dia na Vila do Duro a partir de ações desenvolvidas por entre o espaço e o tempo, nem sempre linear cronologicamente, mas que seguem o processo criativo do autor, que conhecedor do interior de Goiás e de seus habitantes, consegue transpor o ocorrido em uma pequena vila, que na literatura contava com 40 casas. A nossa perspectiva de interpretação é centrada primordialmente em “O Tronco” (ÉLIS, 2003) e tangencia, mesmo que brevemente, Certeau (2013) ao tratar da temática do cotidiano. O objetivo pauta-se em buscar compreender o cotidiano na Vila do Duro materializado nas páginas de “O Tronco”.

Palavras-chave: Bernardo Élis. O Tronco. Cotidiano.

Abstract: The analyze proposal of one of Bernardo Élis' important works – “O Tronco” - seeks the perception of customs portrayed in the novel that unfolds in the then North of Goiás State in the early decades of the 20th century. To highlight the creation of everyday life in Vila do Duro based on actions developed between space and time, not always linear chronologically, but that follow the creative process of the author, who knows the interior of Goiás State and its inhabitants and manages transpose what happened in a small village, which in literature had 40 houses. Our perspective of interpretation is centred primarily on “O Tronco” (ÉLIS, 2003) and touches, even if briefly, Certeau (2013) by dealing with the theme of everyday life. The purpose is to seek the understanding of the daily life in Vila do Duro materialized in the pages of “O Tronco”.

Keywords: Bernardo Élis. O Tronco. Daily Life.

Introdução

*Tirantes os pormenores,
Os fatos centrais desta narrativa aconteceram realmente em Goiás
(BERNARDO ÉLIS, 2003, p. xviii).*

O presente artigo compõe a edição especial desta importante Revista em homenagem a um dos mais extraordinários autores goianos, uma iniciativa comemorativa com apoio do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE), por intermédio dos Colóquios Primordiais Bernardo Élis, ocorridos aos primeiros sábados de cada mês no decorrer deste ano de 2020, e que possibilitaram apresentações, debates e discussões sobre a obra do único autor goiano imortalizado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), fato ocorrido em 1975 (CURADO, 2017).

A obra “O Tronco” ocupou o maior espaço de diálogo, se estendendo por três sessões, uma a cada mês, o que demonstra que o romance possui inúmeras possibilidades de investigação e/ou análise. Expomos aqui uma parte da nossa intervenção durante os Colóquios, abordando o cotidiano na Vila do Duro, tendo o romance em questão como a narrativa da qual buscamos extrair a vida e os costumes dos personagens que por ali transitam segundo as páginas escritas por Bernardo Élis.

Nosso intento não é destacar os fatos, mas sim os “pormenores” conforme Élis descreve no trecho em epígrafe. Para tanto, a incursão à antiga Vila do Duro se faz ponderando que as nossas perspectivas derivam das narrativas de Bernardo Élis, considerando que entre os fatos e os relatos também existe uma longa temporalidade. Bernardo nasceu em 1915 na colonial Corumbá de Goiás, distante em mais de 750 quilômetros da então Vila do Duro (www.distanciasentrecidades.com), onde “os fatos centrais desta narrativa aconteceram realmente em Goiás” poucos anos após o nascimento do autor. Nossa interpretação parte da obra publicada, inicialmente, no ano de 1956. Ou seja, consideramos a diversidade espaço-temporal entre fato, romance e a presente proposta de análise.

O espaço e o tempo têm sido objetos de nossas reflexões, onde o humano prevalece, mantendo, alterando, transformando, adaptando ou mesmo se subjugando aos aspectos geográficos e históricos. Em “O Tronco” as evidências de tais relações podem ser observadas, também diante, dos caminhos literogeográficos percorridos por Gonçalves ao abordar outra obra bernardiana (2018). Assim, poderíamos, sem sombra de dúvidas, afirmar que o espaço é

personagem, não coadjuvante, em “O Tronco”, pois está inserido tanto nos fatos como no cotidiano com o qual passamos a nos preocupar logo a seguir.

A pesquisa é bibliográfica e referenciada em Élis, mais especificamente na 9ª edição de *O Tronco* (2003) título da obra que passa a ser grafada em itálico. Os costumes dos moradores da Vila do Duro, criados a partir do imaginário de Bernardo Élis serão brevemente analisados a partir de Certeau, Giard e Mayol (2013) com “a invenção do cotidiano”, em especial o “morar” cujo texto cabe a Mayol — como constará na referência relativas ao cotidiano —, com reflexões sobre as relações espaço-temporais do habitar e do conviver socialmente, que são importantes elementos de ligação que constituem as sociabilidades e mesmo as regras implícitas que “normatizam” as práticas de convivência e no caso da Vila do Duro, de sobrevivência comunitária.

Os demais diálogos ocorrerão a partir do próprio Élis (2000) e com alguns autores que participaram, como debatedores, de edições dos Colóquios Primordiais Bernardo Élis.

Nossas observações estão circunscritas à parte I de *O Tronco* — “O Inventário”, principalmente sobre as pessoas na Vila do Duro, segundo as narrativas literárias produzidas por Bernardo Élis. Autor que, segundo Lôbo (2020), “mistura imaginação e realidade, expressa com maestria o mundo do inconsciente e ao fazê-lo traz para a realidade uma maneira singular de enxergar o mundo, desnudando a lógica das relações humanas”.

Os habitantes do romance *O Tronco*

Os personagens presentes em *O Tronco* compõem o universo tecido pelas narrativas do romance, sendo de suma importância ao cotidiano criado por Élis, tanto que estão na dedicatória “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos, mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura (2003, p. v); merecendo ainda uma “Explicação”, continuidade de nossa epígrafe: “os personagens, entretanto, tendo tudo de comum com o tipo social que representam, são fictícios. O autor não quis retratar ninguém, nem copiou de nenhum modelo vivo ou já falecido. Qualquer semelhança com pessoa viva ou morta é mera coincidência” (ÉLIS, 2003, p. xviii).

Faz-se necessário salientar o diálogo entre os dois trechos citados, pois dão a tônica aos que habitam a Vila do Duro no romance. São conforme Élis “tipos sociais” que o autor insiste em afirmar serem fictícios, não provém de retratação, modelo ou semelhança com pessoas existentes ao longo dos tempos. No entanto, é possível imaginar parte das tramas em que se envolvem no decorrer do texto, pois muito mais que indivíduos, carregam em si traços

de coletividades que representavam as poucas opções do existir em Goiás nas décadas presentes no romance. O que dizer das relações entre humildes vaqueiros com coronéis? De jagunços e soldados? Das relações homens e mulheres em uma sociedade rural? E ainda, o que pensar sobre os meninos sertanejos em sucessão de dias tão inóspito? Muito pouco se pode dizer ou arrazoar quando muitos morrem em situações tão adversas e ainda mais pelo fato de que “não tiveram sequer sepultura”, o que nos aponta para dois possíveis distintos caminhos: a insignificância enquanto tipo social (algo que os padroniza, tornando-os anônimos, mas pessoas) ou a relevância no que tange os personagens contidos no cotidiano do romance, que ao permanecerem no imaginário, mesmo após as páginas finais da obra, tornam-se imortalizados pela representatividade de um contexto mais amplo que foge à micro escala da fictícia Vila do Duro.

Em “A vida são as sobras”, Bernardo Élis mostra a flexibilidade no processo de criação de *O Tronco*, que segundo ele nos conta

[...] inicialmente, seria uma pesquisa sociológica sobre a região fronteira da Bahia, tanto em seu aspecto geográfico como social ou econômico-financeiro. Para isso colhi farto material, mas quando parti para entrevistas com pessoas moradoras ou ex-moradoras no lugar, pessoas que participaram diretamente das lutas, encontrei nas narrativas delas uma carga emocional tão intensa, tão poderosa que meus instintos científicos foram absorvidos pelo meu pendor de ficcionismo (2000, p. 117-118).

A fala do autor indica a realização de pesquisa sobre o fato histórico, o referencial dos acontecimentos passados foram investigados e com certeza continham cargas ideológicas de quem os produziu tempos antes, talvez concomitante com os fatos, como os Relatórios Anuais do Governo de Goiás que eram acessíveis, mas com uma versão pautada no institucional, como parte significativa dos documentos oficiais. Mas ele não se conteve aos fatos lidos, queria ouvi-los e por isso registra “parti para entrevistas com pessoas moradoras ou ex-moradoras *no lugar*” (ÉLIS, 2000, p. 118 — grifo nosso). Entendemos o “no lugar” como o “estar”, mesmo que apenas a partir das memórias de quem fala a um interlocutor tão astuto e perspicaz como Élis. Outro ponto fundante para compreensão do romance é que há mesclas ou vestígios do real na ficção, mesmo Bernardo tendo advertido que não se trata de fatos reais, mas confia, como exposto acima, que “encontrei nas narrativas delas [das pessoas entrevistadas] uma carga emocional tão intensa, tão poderoso que *meus instintos científicos foram absorvidos pelo meu pendor ficcionista*” (ÉLIS, 2000, p. 118 — grifo nosso). Confessa que a pesquisa foi aproveitada, sorvida, embebida, infiltrada na ficção, não

como uma verdade ou quanto compromisso com a história, mas na possibilidade de retratar ou indicar coerência aos tipos sociais presentes em *O Tronco*.

Na parte em análise, “O Inventário”, são mais de noventa os personagens com nomes, profissões ou atuações identificáveis que circulam entre os tempos da narrativa, que abarcam presente, passado e ainda lembranças do passado no presente. Alguns são constantemente mencionados, por ações próprias ou em relatos de outros e ainda em pensamentos próprios ou de terceiros, sendo os mais constantes Vicente Lemes, o primeiro a ser mencionado, contextualizado e a ter voz no romance. Pedro Melo e Artur Melo também são recorrentes, em situações semelhantes às mencionadas para Vicente.

Adentrando à Vila do Duro criada por Élis (2003) nos deparamos com um universo muito maior de pessoas que circulam pela localidade ou pelas lembranças dos demais moradores, por volta de quase 120, muitos sem possibilidades de identificação devido o anonimato ou as generalizações, e para melhor entender essa multidão propomos uma classificação por grupos, daqueles que se fazem presentes na primeira parte de *O Tronco* em que o corriqueiro é narrado, antes dos acontecimentos que levariam a mudanças significativas no dia-a-dia dos que ali habitavam, segundo o romance, sendo que o cotidiano passa a ser compreendido como “aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase uma retirada, às vezes velada” (CERTEAU, 2013, p. 31).

A proposição de análise parte de seis divisões por nós imaginada, no intuito de tentar desvelar um pouco melhor nossos objetivos em relação às práticas cotidianas na Vila do Duro. Assim, sugerimos, seguindo os contextos dos desenrolares das ações: i) família Melo; ii) pessoas presentes no contexto; iii) pessoas lembradas durante as narrativas; iv) funcionários da administração pública; v) ocupações diversas e vi) pessoas. Vale ressaltar que, como proposta, é identificável falhas, como, por exemplo, uma mesma pessoa transitar por diversas das divisões apresentadas, a pensar em Vicente Lemes considerado membro da Família Melo, estar presente no contexto, mas ainda ser lembrado por outras pessoas em diálogos dos quais não está fisicamente presente, e ser funcionário da administração pública em dois momentos distintos, primeiro indicado pelo tio, então patriarca dos Melo e depois nomeado pelo governo enquanto oposição. Portanto, temos consciência de se tratar de uma proposta nossa, para atender a demanda do presente artigo e que em outras circunstâncias ou em momentos vindouros a categorização seria outra. A partir desse momento várias citações,

frases, expressões e mesmo palavras retiradas de *O Tronco* serão mencionadas, mas a referência indicará apenas página para evitar repetição de Élis (2003).

Visando melhor compreensão de parte das relações entre as pessoas que habitam a Vila do Duro no romance *O Tronco* faz-se necessário refletir sobre o dia-a-dia local, considerando, que:

[...] o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo (CERTEAU, 2013, p. 31).

A definição extraída de “A invenção do cotidiano” nos possibilita elucubrar melhor sobre as condições de vida traçadas na primeira parte do romance *O Tronco* a partir da instauração de uma força local que passa a controlar por meio das relações de parentesco, mas ainda pela economia e também pela política e em especial com a violência a população presente na Vila do Duro.

Família Melo

Pelas relações de parentesco, as principais ligações ocorrem com a união entre os filhos de Felipe Melo, que teria vindo do Piauí, com as filhas de uma das “mais numerosas e mais importante família do Norte de Goiás” (p. 29), estabelecendo “laços/vínculos” para o cotidiano conforme Mayol (2013, p. 47), assim ocorreu os enlaces de Pedro e Ana e de Antônio com Benedita. Tais uniões trouxeram, de acordo com Élis (2003) significativo prestígio social aos Melo. Contexto aproveitado por Pedro para se tornar coronel local, uma vez que passa a atender os requisitos de ser “o fazendeiro mais abastado e chefe político incontestado do município e normalmente reconhecido como tal pelos dirigentes políticos estaduais” (CAMPOS, 1987, p. 50).

Concomitante ao aumento do poder de Pedro Melo, os casais foram tendo filhos, as crianças crescendo, enquanto isso eram muitas as reuniões na casa de Antônio e Benedita,

[...] ao tempo das moças solteiras e do velho vivo, nesse varandão sempre havia bailes e brincadeiras, que deram mais fama à grandeza da casa e à beleza do jardim. Casa alegre era aquela com a moçada tocando violão, bandolim, cantando, recitando, atraindo os melhores cortes de noivos de toda a região (p. 33).

A perspectiva do casamento era uma constante inadiável, em especial para casas em que haviam muitas moças. Os enlaces nem sempre eram interesses dos cônjuges, cabendo a decisão, muitas das vezes aos pais, como indica ter sido a união de Anastácia, filha de Pedro com o primo Tozão. Por outro lado, o casamento de Lina, filha de Benedita com Vicente, indica ter sido uma definição dos noivos, mas com a aprovação do tio da noiva, que a àquela altura era órfã de pai:

[...] uma ocasião, teria Vicente uns dezoito anos, estava passeando perto do bicamente na companhia de Lina, sua noiva, e do tio Pedro Melo. Chegados a esse lugar em que o bicamente passava lá nas grimpas, o velho pegou a exaltar seus feitos [...] Vicente compreendia o artil do velho. Toda aquela descrição patética tinha como objetivo encher o sobrinho de terror. Vicente já tinha certeza que o tio o desafiaria para andar lá em cima do bicamente (p. 30-31).

Depois de toda a peripécia dos deslocamentos nas alturas, chegando a oito metros do chão, ao retornarem para perto de Lina, o tio Pedro dá o veredito: “Pode casar, menina. Seu noivo não é patife não” (p. 33). Mas os mandos e desmandos em relação ao futuro dos filhos era uma constante e o primogênito Artur Melo, buscando inserção na política casa-se com Josefa, a Zefa, filha de Benedita, que se posicionava em relação ao casamento da filha e ao genro-sobrinho, com as seguintes observações: “tão novinha, quase menina. Depois o diabo do Artur metido na sua política sem fim, permanecendo na Capital do Estado anos a fio, largando Zefa abandonada na vila” (p. 39).

Os casamentos consanguíneos eram uma constante nas pequenas localidades e em Goiás uma prática bastante comum, como demonstrou recentemente Jaime (2016) ao estudar uma importante família goiana. No enlace de Artur com Josefa, segundo consta, evidencia-se a união de primos-irmãos, uma vez que os pais eram irmãos e casaram-se com duas irmãs, algo também muito recorrente em Goiás, especialmente no início do século XX, período da ação do romance.

A desunião familiar pode ser caracterizada pela morte de Vigilato que é iniciada com a implicância de Pedro Melo com o sobrinho, que ao tirar satisfação com o parente acaba por derrubá-lo no chão; como revide, em uma noite o então agente do Correio, nomeado pelo tio, seguia bêbado pelo largo do Duro e foi atingido por uma barra de ferro na cabeça a mando do tio que ainda lhe desferiu um tiro na cabeça. Seguindo a ação temos que

chegando à casa do sobrinho ordenou que batesse. Aleixo bateu, a mulher abriu a porta e antes que os olhos dela pudessem habituar com a claridade da lanterna, os

capangas balangavam o cadáver para lá e para cá e — zás — atiravam ele aos pés da mulher e dos filhos, dentro da sala, no chão da sala, no chão batido e úmido (p. 12).

O desfecho vem com a fala de Pedro Melo: — “Um capado procê limpar” (p. 12). Desse episódio surge a peça do processo que compõe a primeira parte do romance, denominada “Inventário”. A família Melo é bastante grande e possui muitos outros integrantes que vivem no Duro e que estão entrelaçados nos enredos do romance, alguns ainda serão mencionados ao longo do presente artigo.

Pessoas presentes no contexto

Clemente Chapadense aparece logo no início das narrativas sendo lembrado pelo Inventário e pelas discórdias que o instrumento jurídico pode causar no Duro. Clemente no decorrer do romance passa de categoria de pessoas lembradas para a de pessoas presentes no contexto, pois era capanga de Pedro Melo e o acompanha em outros momentos de conflitos, inclusive o que vai propiciar a tocaia que o leva à morte. A viúva de Clemente é manipulada pelo advogado Artur Melo, perdendo as posses. Duas situações presentes nas memórias do cotidiano goiano em relação a posse de terras em tempos pretéritos, a recorrência de tocaias, ou mortes misteriosas cujos assassinos não são revelados ou julgados e o desaparecimento de bens a serem arrolados de viúvas e de órfãos, com conseqüente enriquecimento dos advogados da parte.

Calixto Chapadense, irmão de Clemente, ambos pertencentes a família valente da região, mesmo diante do ocorrido com o irmão possui ligações com os Melo, principalmente sendo força quando os combates eram necessários. Outras pessoas que integram o grupo de Artur Melo quando necessita de reforços são: Joaquim Alves Leandro, Albininho, João Rocha, Olímpio e José Anísio.

Norato era vaqueiro de Tozão e após um tempo “abandonou a fazenda do patrão e montou sua própria fazenda, com perto de duzentas reses. ‘Norato roubou de Tozão’ — gritavam os Melo” (p. 9). Com fazenda próxima ao Duro, Norato passa a ser vigiado e é encontrado morto, as acusações recaem sobre Calixto Chapadense. A situação não avança, pois Artur, juiz à época, sendo de conhecimento geral de que “Inventário ali era meio para legalmente o pessoal do Foro apropriar-se de bens alheios” e “como dinheiro era coisa escassíssima, para pagamento das custas e demais despesas, que deveriam ser custeadas em dinheiro corrente, iam-se todos os bens do inventariado” (p. 9). Assim, mais um inventário foi aberto e manipulado pelos Melo.

A prosa travada entre Belisário, maranhense de fala arrastada, com Casemiro encarregado de um dos sítios de Pedro Melo, “no rancho de palha perdido no oco do mundo” (p. 44) em noite estrelada e clareada pelas rubras pontas de cigarros, indicavam a insatisfação em obedecer ao chamado do patrão, afirmando Belisário que “estou aqui para cuidar do gado e não para fazer arrelias” (p. 44). Ficam ali indagando como poderiam não atender aos mandos de Artur, quando era do conhecimento geral do que poderia levar à desobediência, fins como o de Norato. Relembra ainda práticas adotadas com os trabalhadores, que viviam em dívidas pelo fato de todas as vezes que consumiam os patrões anotavam em dobro ou mais as despesas que viravam dívidas.

Pessoas lembradas durante as narrativas

Da conversa de Belisário e Casemiro, surge a lembrança de Folorenço “homem branco, socado, risão e trabucador” (p. 46) que ainda segundo o autor, chegou ao Duro, “quis brigar e foi parar no tronco do sobrado”. É a primeira pessoa que vai ao tronco no decorrer do romance, instrumento de tortura dos escravos que aparece outras vezes, cabendo a Folorenço, homem branco, o uso inicial no romance, sendo que no desenrolar chega Pedro Melo que “trocou umas palavras com o carcereiro, que era gente de sua confiança, e no sufragante já foi destrancando os cadeados. Dali mesmo Folorenço saiu para a lida do velho, num retiro” (p. 46). Tal prática evidencia a coação moral ao subjugar o liberto ao mando do libertador. Folorenço trabalhou tempos, foi acumulando dinheiro e quando quis pagar Pedro recusou dizendo que não havia negociado dinheiro e sim trabalho, a reação foi a fuga e a perseguição, da qual não temos notícias, uma vez que após pausa, o diálogo dos dois vaqueiros volta lembrando Berandolina.

Berandolina “é amiga da gente. Ela protege a pobreza contra a ganância dos ricos. Mal comparado é que nem o finado Antônio Silvino” (p. 48), pessoas que lutavam contra a opressão e por isso eram lembradas pelos trabalhadores que se sentiam fracos diante de seus patrões. À sugestão de pedido de ajuda segue à afirmativa de que “ela vem cá e leva nós. Se o coronel empinar, pior pra ele, que ela é mulher de corpo fechado” (p. 48), prosseguem como se estivessem com preguiça de dormir, acordar e terem que seguir para atender ao chamado de Artur. Casemiro traz à tona também a velha Custódia Mesquita, curada das dores graças à intervenção de imposição de uma estampa, cujo santo retratado não é revelado.

Os índios são mencionados em dois momentos, em um deles, ainda proveniente do diálogo de Casemiro e Belisário sobre a exploração a que eram submetidos. Casemiro conta

ao companheiro que “se um boi espaduava, se morria, se sumia, se era roubado por índios, quem pagava era o vaqueiro” (p. 45). Em outro momento, duas criadas, comentam a chegada da família Melo ao então norte goiano, que remete às origens da vila “Duro, aldeia dos índios Acroá e Chacriabá, a que chamavam ‘comércio’” (p. 28).

Ao que parece, no Duro, sempre havia a quem imputar os casos de roubos, de preferência a pessoas que não poderiam se defender ou não teriam crédito por alguma razão, assim como os índios acima mencionados ou a Félix Bundão, conhecido chefe de bando dos Gerais, que “entrou na vila para vingar a honra de duas filhas de um amigo que foram defloradas por gente graúda e que não foram validas da Justiça”. Assim, “Félix Bundão entrou disparando rifles, cercou a casa do deflorador, deu-lhe vários tiros, matou-o, depois ficou debaixo dos mulungus, conversando com conhecidos” (p. 37). O não revide era uma regra tácita em casos de crime de honra. No entanto, “foi Félix virar as costas, olhe ali o boato correndo: Félix Bundão limpou a gaveta da Coletoria Estadual. O coletor Pedro Melo dizia para quem quisesse ouvir que Félix levava a renda de seis meses da Coletoria!” (p. 37-38).

Funcionários da administração pública

Ao se estabelecer no Duro, Pedro Melo “dispondo de algumas letras, passou a exercer funções de Juiz, Coletor de Rendas, Delegado, canais que o elevaram ao posto natural de Chefe Político: era o poder incontestável” (p. 29). O interessante é que a inserção na administração pública vem logo em seguida à escolha de Ana Divina da Rocha como esposa e da menção de que a família dela era a mais importante do Norte, o que explicita que o casamento foi extremamente vantajoso para Pedro, mesmo diante de uma sociedade com hábitos machistas.

O poder de Pedro Melo não se limitou ao Duro, se estendeu pela região, e posteriormente foi também compartilhado com o filho Artur Melo que começou a ocupar cargos públicos, via indicação do pai e nomeado pelo governo goiano, logo lançou-se na política, uma vez que

[...] o prestígio deles era incontestado desde Pirenópolis até Boa Vista. Tinham tanto prestígio que logo depois da revolução de 1909 o nome de Artur Melo foi indicado para Presidente do Estado de Goiás; seus correligionários Eugênio Jardim e Totó Caiado, entretanto, discordaram da indicação e acabaram rompendo com ele. No pleito que seguiu à revolução, Artur Melo conseguiu eleger-se Deputado Federal tanto por Goiás como pela Bahia, mas quem disse de ele tomar posse! No Rio, os Caiados conseguiram depurá-lo, como então se dizia (p. 8).

Antes, porém, do rompimento com o governo goiano, os Melo desfrutaram de grande prestígio em relação ao Norte goiano, cabendo a eles a indicação dos cargos a serem ocupados na administração pública local, o que destinavam aos parentes e aliados. O sobrinho Vigilato tinha sido designado agente do Correio pelo tio que depois o mata; escolhendo, como substituto Martins. Em outro momento “Artur era então Juiz Municipal e um dia chamou o primo: — Olhe, Vicente, você é gente de casa, pobre, vou te nomear escrivão do Judicial e Notas. Antes, porém, nunca o houvesse feito. Era um ingrato o Vicente” (p. 8-9). Ingrato pelo fato de tentar ser correto na função a ser desempenhada, não atendendo ou endossando os mandos e desmandos dos parentes.

Depois de uma temporada na cidade de Goiás, então capital, onde se opunha à situação política vigente, Artur Melo retorna para o Duro e percebe que as condições não eram as mais favoráveis, como nos explica Élis: “regressa para sua região, a fim de recuperar antiga influência, mas lá chegando depara um quadro desanimador: os cargos públicos estão em mãos de adversários” e ainda “o bafejo político faz do humilde bajulador de ontem um rancoroso inimigo. Adeus os bons tempos em que a vontade de Artur ou seu pai era a supremacia da lei!” (p. 8).

Quando da chegada, Artur se deparou com “dois homens de valor”, novos chefes ocupantes, da Coletoria Estadual e Juiz Municipal, respectivamente Vicente Lemes e Valério Ferreira, pessoas “de confiança de Eugênio Jardim” (p. 8). A situação parecia incontornável a Artur, uma vez que “os correligionários dos Melo abandonavam suas fileiras, passando de armas e bagagens para as hostes de Vicente Lemes e Valério Ferreira”, não por simpatia ou ideologia, como nos explica Bernardo Élis, mas por buscarem “as delícias do situacionismo, isto é, vinham buscar dispensa de impostos, vinham obter impunidade para os crimes e saques” (p. 10), como se os dois se subjugassem aos desmandos dos contrários às legislações vigentes e às funções que exerciam. Prova disso é que solicitam apoio ao governo goiano por duas vezes durante a primeira parte do romance denominada “Inventário”.

A situação de bajulação não agradava a Vicente e a Ferreira e este expressa tal desconforto em relação a Martins, em pensamento: “Martins não tinha direito de desgostar os Melo, que nenhum mal lhe fizeram. Parecia ao Juiz que Martins se opunha aos Melo por mero dever funcional. Fora nomeado agente do Correio em substituição a Vigilato, a pedido de Artur Melo”, sendo que “depois que o Governo Estadual se pôs contra os Melo, Martins também bandeou” (p. 14).

Os comportamentos em relação aos funcionários ligados à administração pública indicam o peso das nomeações do governo nas pequenas localidades, que ora fortalecem poderes ligados aos governos e ora criam situações de oposição, que inclusive alteram o cotidiano em decorrência de desavenças ou de novas querências, como apontam as relações ao Juiz e ao Corretor. Uma constante se faz presente, e no dia a dia do Duro não era diferente, grande parte da população buscava, de algum modo, a proximidade com os administradores, geralmente por interesses próprios, independente de quem estava exercendo as funções.

Outras ações dos funcionários públicos condiziam em privilegiar os poderosos locais, como a atitude de desaparecimento do delegado de polícia em relação ao assassinato de Vigilato, transferindo a responsabilidade ao juiz Valério foi ao encontro para promover o corpo de delito necessário à instauração do processo, “receoso, o homem já estava longe” (p. 13). No mesmo caso, o da morte de Vigilato, ocorre a chegada de uma Comissão composta pelo Juiz Dr. Hermínio, tenente Napoleão e 30 soldados, “mas tais novas não arrefeciam o ânimo dos Melo que aprontavam uma festança de arromba para receber a Comissão, fazendo crer assim que não temiam qualquer devassa em suas vidas” (p. 15). Para no caso da não compreensão da mensagem, “no discurso de saudação, Artur disse que o Juiz se considerasse perfeitamente garantido, pois os Melo dispunham de cem homens armados e municados para sustentar qualquer ato que emanasse da Comissão” e ainda o fato de que “os Melo o instalaram num sítio fora do povoado, sob a desculpa de o eximir de solicitações interesseiras de uma ou de outra parte” (p. 16).

Mesmo afastados do poder político estadual, os Melo articulavam para a retomada ou pelo menos para conseguirem o afastamento das funções da administração pública daqueles que não os beneficiasse como queriam, como demonstra a passagem em que Vicente recebeu ofício da Secretaria da Fazenda de Goiás, em que “o Secretário exigia maior severidade na repressão ao contrabando de gado, pois recebera denúncia de que Vicente deixara de cobrar imposto sobre metade da boiada exportada para Barreiras por fulano de tal no dia tal” e ainda “junto do ofício, um bilhete confidencial: o autor da denúncia tinha sido o Deputado Artur Melo” (p. 20-21). A repreensão, seguida pelo compartilhamento do denunciador pode ser interpretado como corporativismo entre os funcionários da administração pública estadual; um alerta contra a oposição ou ainda uma possibilidade de semear a discórdia no intuito de prejudicar o grupo destituído do poder, dificultando a permanência das práticas das quais tiravam proveitos e vantagens.

Diante de tais informações cabia a Vicente duas saídas, tirar satisfação com o primo Artur, ou esperar uma nova situação de pressão para poder se impor enquanto autoridade estadual, mesmo que isso lhe custasse a ira do parente, e foi a segunda opção a escolhida. Sem dizer quem contou ou que sabia ser o deputado o denunciador, o fato é que não mais passou a atender as vontades de Artur, causando discórdia entre este e o boiadeiro que também pleiteava um desconto no imposto de gado que atravessaria a barreira e portanto, passível de cobranças de impostos estaduais. O deputado Artur Melo quebrava as regras primordiais da rotineira convivência, que segundo Mayol (2013, p. 49) basicamente “é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se parecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos”, jogo, no Duro, caracterizado pela imposição de superioridade até mesmo das leis instituídas.

Ocupações Diversas

Muitos são os saberes e fazeres em pequenas localidades devido ao pouco contingente populacional e ainda pela falta de opções de empregos formais, daí a prática cotidiana de atividades ligadas principalmente à subsistência que acabam por contribuir para as atividades nem sempre comerciais, mas pautadas no escambo entre os moradores. Os destaques no Duro em relação à prestação de serviços, indicam para atividades mais ocupadas homens, como camaradas, cabras, capangas, jagunços, denominações para agregados que acabavam por se envolverem com o uso da força em defesa dos patrões ou dos interesses dos mesmos, estabelecendo, inclusive, submissão quase total.

Mesmo atendendo às categorias mencionadas em momentos específicos de força, tornam-se trabalhadores que cuidam da labuta diária seguindo os mandos do patrão, por exemplo, tornam-se foiceiros no momento em que Pedro Melo, ainda jovem, foi desafiado: “tu não traz carro porque por lá não existe estrada, — chasqueou um dos caixeiros da ‘Rainha da Barateza’, a melhor casa comercial de Barreiras. O Melo sentiu a cara lascar” (p. 40) e prometeu que para o ano chegaria em um carro de boi; para manter a palavra deslocou parte significativa de seus agregados para a picada, aberta com o árduo trabalho em que as foices e “as enxadas retiniam no terreno pedregoso, enquanto os paus seculares baqueavam lá adiante, clareando a mata” (p. 41), estabelecendo o traço da estrada que ligaria o Duro a Barreiras, não apenas facilitando o comércio, mas especialmente para o cumprimento da promessa de Pedro Melo, mas que visava também a ampliação de sua popularidade enquanto benfeitor.

Pedro Melo mesmo tinha outros afazeres que não só ser coronel e administrador de obras como a estrada. Lidava com o gado, bom pedreiro, mestre em trabalho de couro fazendo calça, chapéu ou gibão. “Carapina de mão cheia ali estavam a mesa, os bancos, os tamboretas, as cadeiras, de fechar feitas por suas mãos” (p. 29).

Carpinteiros haviam outros, como os que produziam as chedas dos carros, que seriam os primeiros a transpor a nova estrada entre o Duro e Barreiras e que contavam ainda com a supervisão de Pedro Melo. O outro carpinteiro era o fazedor de caixão, que diante da morte de Vigilato não “teve coragem de trabalhar para o inimigo do coronel” (p. 13), contrariando o costume local do traslado do defunto em caixão, passando a ser o defunto envolto em uma colcha, provavelmente tecida ali mesmo em algum antigo tear.

O médico de Barreiras, Dr. Rodrigues da Silva havia tratado de Pedro Melo, mas seu diagnóstico pouco foi considerado pelo doente, que creditava a dor estomacal ao sobrinho e desafeto Vigilato. O advogado, Dr. Leite Ribeiro, defensor dos Melo no homicídio de Vigilato,

acabou por conduzir o caso, uma vez que o Juiz Togado, o Dr. Hermínio Lobato, que viera na primeira Comissão para resolução da questão “tinha até vergonha de confessar que já esquecera a maioria das praxes forenses” (p. 17), pois na sua Comarca não “fazia inventário, nem organizava processos escritos para solucionar litígios. Tudo ele resolvia amigavelmente” (p. 16). Diante das interferências e dificuldades em manter os tramites legais, pensa em renunciar, mas “tinha já muitos anos de serviço público, estava esperando aposentar-se em breve, essa atitude não iria talvez atrapalhar sua aposentadoria? Eram trinta e tantos anos de serviço duro, de exílio no sertão” (p. 17). Na sua Comarca fundou uma escola onde era professor para crianças pobres, mas o professor referência para a região, à época era mesmo Francisco Azevedo.

Januária, “era velha moradeira do Duro. Já vira e ouvira muita coisa. Dava notícias do tempo que os mineradores andavam revolvendo as catas” e “o pixaim meio branco se escondia por debaixo do xale de franja, chupitando com a boa murcha de velha o pito sarrento, de barro” (p. 36). Trabalhava para Cláudio e Martins, na casa da Coletoria onde também havia o Correio, “cozinhava para eles, lavava e passava a roupa e cuidava do asseio e arrumação da casa. Preferiam uma velha. Se botassem dentro de casa uma mulher nova, que é que o povo do lugar não iria dizer!” (p. 6).

Maria Pequena tinha função bastante semelhante, não na casa de rapaz solteiro; mas na casa de Benedita, uma das mais movimentadas casas do Duro. Benedita e Maria Pequena

eram irmãs de leite, prática comum no interior e que acabava por possibilitar união entre pessoas, mas ao mesmo tempo eram separadas espacialmente dentro da grande casa, uma permanecia na sala enquanto o lugar da outra era em especial a cozinha, mas mantinham boas relações. Maria Pequena era “do tamanho de uma menina de oito anos, as sobrancelhas grossas, o ar de nanica” (p. 36).

Januária e Maria Pequena eram amigas e se frequentavam, nas cozinhas, longe dos olhos e dos ouvidos dos patrões, pois teciam comentários sobre os mais diversos assuntos, inclusive sobre os patrões. Em uma dessas conversas lembravam do passado e do que denominavam, como “o capetinha, o coisa” que desde o pai de Pedro Melo dava forças à família. A prosa das duas era mais frequente na casa de Benedita e se encerrava sempre que esta gritava por Maria Pequena, ou para servir os convidados, a cada noite, ou para depois da despedida dos visitantes, se ajoelharem para as orações noturnas junto ao “oratório de cedro talhado” diante da “imagem grosseira de São Miguel” (p. 38) quando rezavam, pensavam em voz alta ou em segredo sobre os entes queridos e os desafetos com os quais eram obrigadas a conviver, devido aos laços de parentesco.

Pessoas

Na primeira parte do romance, *O Tronco*, Bernardo Élis nos apresenta expressiva maioria dos personagens que estarão ao longo do livro. Destacamos alguns mais significativos na classificação que propomos, mas que, como já alertamos o leitor, é altamente passível de revisões e de discordâncias, pois a indicamos apenas para facilitar a tessitura do presente artigo. O que pretendemos a partir daqui é mostrar como a generalização da *persona* é algo bastante presente nas obras bernardianas, pois o que importa é o fato, o acontecimento, e parte das pessoas colaboram para que eles ocorram ou se tornem conhecidos, mesmo que as pessoas fiquem desconhecidas ou não identificadas, técnica utilizada desde a epígrafe.

Aqui é possível estabelecer um diálogo entre Certeau e Élis, ao abordarem o cotidiano, o primeiro atesta que “em última instancia, o seu ‘sentido’, ligando uma arte de fazer a uma arte de viver, está escrito por um anônimo” (2013, p. 33), enquanto para o segundo, o goiano, parte da tônica do rotineiro é dada pelos habitantes não nominados ou descaracterizados individualmente, pois é a força do grupo que interessa à dinâmica narrativa, quando “o povo pegou a comentar” ou “o povo cochichava”, frases assim aterrorizavam muitos dos moradores, que evitavam a qualquer custo serem objetos das observações alheias nos disse que disse. Duro era um local onde “todos já conheciam a mania do moço”. Ou ainda

em situações mais tensas como a de que “gente houve que ouviu o tiro, mas teve medo de sair de casa e enfrentar o negrume da noite. Quando muito, alguém acendeu uma candeia de azeite e chegou à porta da rua, mas o vento zunindo apagou a débil chama” (p. 12-13).

As notícias na vila pareciam ter vidas próprias, mesmo quando o assunto versava sobre mortes:

pelo meio-dia é que o Juiz Valério Ferreira foi ver o corpo de Vigilato. O Juiz soube do acontecido lá no seu sítio, embora ignorasse *quem fora o portador da notícia. Foi uma alma caridosa que soprou no ouvido de uma criada; soprou, mas quando a criada quis ver quem era, só viu um vulto envolto numa capa de chuva. Assim, ninguém contaria ao Coronel Pedro Melo quem foi o portador da notícia para o Juiz* (p. 13 — grifo nosso).

O fazer chegar a notícia ao Juiz Ferreira é uma típica narrativa da exposição bernardiana de um fato com chances nulas de se chegar à identificação dos interlocutores da mensagem e para tanto são usados inúmeros subterfúgios para descaracterizar as *personas* das falas: alma caridosa, soprou, uma criada, vulto, envolto numa capa de chuva, ninguém e portador. O mistério colaborava tanto para a transmissão das informações quanto para com a manutenção dos falatórios e das maledicências.

Outro bom exemplo decorre do Inventário de Vigilato: “escolhidas a dedo e industriadas com esmero, *as testemunhas* só falavam para dizer que o Coronel Pedro Melo era um pobre velho doente, a quem o sobrinho havia espancado cruelmente alguns meses antes e a quem tentara assassinar na noite que morreu” a credibilidade poderia ser maior se fossem divulgados os nomes dos depoentes, destarte, “o cinismo da mentira era tamanho que *o povo* pegou a *comentar e a debicar*, enviando *cartas anônimas* ao juiz e membros da Comissão” (p. 17 — grifo nosso), os comentários anônimos, orais e escritos, a destinatários pontuais são indicativos da não submissão total, da consciência da importância da oposição, mesmo que velada por meio do anonimato.

No tocante aos trabalhadores domiciliares era prática comum um empregado perpassar gerações, como Maria Pequena na casa de Benedita, mantendo relações próximas às fraternais. Mas na casa de Pedro a situação era adversa, pois ele “tinha por escopo prender a criadagem, descendentes de antigos escravos, mantinha ali no regime de escravidão” e ainda

viviam as criadas mal-tratadas, mal vestidas, metidas de seco e verde no trabalho duro de rachar lenha, cozinhar, fazer queijo, requeijão, manteiga e sabão, refinar açúcar, fazer farinha, pilar arroz, desleitar as curraleiras, cuidar da casa, fiar e tecer algodão, lavar e passar roupa, fazer de tudo, no final das contas.

Novinhas ainda, as “crias da casa”, como eram chamadas as filhas desses criados, prostituíam-se com os patrões, com os parentes dos patrões, com os camaradas. O produto da prostituição, entretanto, raramente vingava. A serviceira era tanta que não dava tempo às mães de cuidar dos filhos (p. 27).

O excesso de trabalho e de maus tratos, além da invisibilização e da exploração dos “criados” de Pedro Melo, se ampliavam com o ressoar das ordens gritadas por Aninha. No entanto, eram insuficientes para uma revolta, pois ser “gente de confiança” do coronel lhes rendia diferencial, inclusive perante outros “criados” da região.

Noutra perspectiva, o anonimato ou a não-identificação, denotava afirmativa sobre o saber de quem se tratava, como na tentativa de articulação de um segundo acordo que Artur tentava impor sobre Vicente em relação à diminuição do imposto a ser pago por um boiadeiro, conforme explica o coletor “— Por mim, eu cortava o talão para quinhentos bois, mas não posso porque *há espião* por aqui. Se eu fizer isso, logo *denunciarão* para Goiás que estou recebendo propinas. *Aqui tem gente interessada em me tirar do lugar*” (p. 21 — grifo nosso), uma nítida alusão a Artur. No mesmo fato como o anonimato do boiadeiro não resolve a pendência, ele se identifica nominalmente, além de mencionar a fazenda e o distrito a qual ela pertence, clara tentativa de se impor pelo ser.

Considerações Finais

Elaborar o artigo a partir das reflexões que apresentamos nos Colóquios Primordiais Bernardo Élis, na segunda edição dedicada à obra *O Tronco*, nos proporcionou fazer um recorte que contemplasse aqueles que habitam as páginas do romance, com foco para a primeira parte: “O Inventário”, quando é apresentado ao público leitor os principais moradores do Duro, ou pessoas que com elas estão relacionadas por alguma razão. Enquanto fala no Colóquio, mesmo diante da riqueza de detalhes e tramas, foi mais fácil que a passagem para o texto, que por questões científicas clama por cuidados voltados para a fluidez da leitura, foi quando optamos por ter a primeira parte de *O Tronco* onipresente durante todo o decorrer do texto, realizando pequenos e breves diálogos com Certeau, Giard e Mayol (2013) que tratam da invenção do cotidiano, em especial com Mayol que aborda o morar e a convivência, uma vez que a análise envolvendo as pessoas e o dia a dia presentes no romance era o nosso objetivo. No mais, as outras contribuições bibliográficas advieram, exclusivamente, de outros participantes dos Colóquios Primordiais, uma consciente e explícita homenagem aos que mantêm viva a memória e a obra de Bernardo Élis.

Buscamos representações dos setores sociais na comunidade do Duro que possibilitassem entender um pouco melhor os “tipos” que tornam-se universais a partir das leituras e dos entendimentos dos contextos vários, não só do Norte de Goiás no início do século passado, mas presentes em várias localidades e com vestígios até nossos dias, o que faz com que reconheçamos características de Pedros, Artures, Aninhas, Beneditas; Vicentes e Vigilatos, Januárias e Marias Pequenas, no nosso dia-a-dia, o que evidencia a atualidade da obra publicada em 1956.

A parte “O Inventário”, para nós, é a que melhor representa o habitual no Duro, com práticas aceitas outras contestadas por algumas das partes, mas que faziam a vida ali suceder, com enlaces e ocorrências entre os que habitavam, tanto no presente quanto em pensamentos e em passagens de lembranças de outros tempos. Aliás, o tempo como a vila do Duro são personagens fortes e marcam o ritmo da trajetória dos acontecimentos até antes da chegada da segunda Comissão que viria a ser instalada para resolver os impasses em aberto; no entanto, é precedida pelo esvaziamento da localidade, e é com esse deslocar que encerramos a nossa conversa sobre pessoas criadas por Bernardo Élis e que habitaram a Vila do Duro no romance *O Tronco*:

[...] e assim, um dia, partiram da Vila Vicente com a família, Benedita Fernandes com os agregados, Argemiro Félix e Moises igualmente com as famílias [...] Por fim, também as janelas e as portas do casarão de Pedro Melo deixaram de se abrir [...] seguindo o Coronel Pedro Melo, deixaram suas casas Tozão, Doutor Herculano Lima, Damião de Bastos, Joaquim Alves Leandro e *outros moradores* (p. 58 – grifo nosso).

Enfim, saíram do Duro as partes em litígio e também outros moradores!

Referências

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. 1ª reimpr. Goiânia: Ed. UFG, 1987.

CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2 — morar, cozinhar. 12ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

CURADO, R. **Bernardo Élis**: Goiás e o Regionalismo Modernista. Anápolis: Ed. Moderna, 2017.

Distância entre as cidades de Corumbá de Goiás e de Dianópolis. Disponível em: <<http://www.distanciasentrecidades.com/pesquisa?from=corumb%C3%A1%20de%20goi%C3%A1s&to=dian%C3%B3polis>>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

ÉLIS, B. **A vida são as sobras**. José Lino Curado (Org.). Goiânia: Ed. Keps, 2000.

ÉLIS, B. **O Tronco**. 9ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

GONÇALVES, R. J. A. F. “Narrativas da Terra”: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis. In: **Revelli**. V. 10, n. 2, 2018. pp. 339-357.

JAIME, N. **Família Jaime/Jayne**: genealogia e história. Goiânia: Kelps, 2016

LÔBO, T. C. Quem conta um conto, aumenta um ponto: A Enxada — um conto de Bernardo Élis. In: **Revista Sapiência**: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. Edição atual, 2020.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: 2 — morar, cozinhar. 12ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013. p. 37-185.

SOBRE O AUTOR

João Guilherme da Trindade Curado

É historiador, mestre e doutor em Geografia (IESA/UFG). Pesquisador pirenopolino de manifestações da cultura ligadas ao catolicismo popular, patrimônio e História. Membro Correspondente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (ICEBE).

Recebido para publicação em outubro de 2020

Aprovado para publicação em novembro de 2020